



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de
Miranda do Douro, CRL

Relatório de Avaliação da Implementação da Política de Remuneração 2016

14 de março de 2017

CARACTERIZAÇÃO

DESIGNAÇÃO:

**CAIXA DE CRÉDITO AGRICOLA MÚTUA DE TERRAS DE
MIRANDA DO DOURO, CRL**

UNIDADES PARTICIPANTES NA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO E RESPECTIVAS FUNÇÕES:

FUNÇÃO DE CONTROLO:	NOME DO RESPONSÁVEL:
COMPLIANCE:	Manuel Fernandes Pera Macias
GESTÃO DE RISCO:	Manuel Fernandes Pera Macias
AUDITORIA INTERNA:	Dr. Pedro Gonçalves (CA Serviços / DCA – Direcção de Coordenação de Serviços Partilhados de Auditoria)

RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO: CONSELHO FISCAL

A. Enquadramento

A Política de Remuneração que vigorou na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Miranda do Douro, CRL (doravante Caixa Agrícola) durante o ano de 2016 seguiu o disposto na legislação e regulamentação vigentes à data da sua formulação, ou seja, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), tendo em conta as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 157/2014, de 24 de Outubro, e diplomas subsequentes, o Regulamento (UE) nº 575/2013, do Parlamento e do Conselho, e o Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, que se considera parcialmente em vigor, na parte em que não contraria as normas introduzidas a partir dos referidos Decreto-Lei nº 157/2014 e Regulamento (UE) nº 575/2013. A mesma política foi elaborada atentas as características e a regulamentação específicas da Banca Cooperativa e o princípio da proporcionalidade, legalmente previsto, tendo a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para o ano de 2016 sido aprovada na Assembleia Geral de vinte e sete de dezembro de 2015.

As Políticas de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e de Colaboradores da Caixa Agrícola para o ano de 2016 seguiram os princípios orientadores que já tinham presidido à Política de Remuneração para o ano de 2015, tendo-se em consideração o enquadramento legal das políticas de remuneração introduzido a partir da entrada em vigor dos sobreditos Regulamento (UE) nº 575/2013 e Decreto-Lei nº 157/2014.

O presente Relatório enquadra-se nas obrigações legais e regulamentares previstas no nº 6 do art. 115º-C do RGICSF, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 157/2014 e no Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, tendo em atenção que:

- O nº 6 do art. 115º-C do RGICSF dispõe que "a implementação da política de remuneração deve ser sujeita a uma análise interna centralizada e independente, com uma periodicidade mínima anual, a realizar pelo comité de remunerações, se existente, pelos membros não executivos do órgão de administração ou pelos membros do órgão de fiscalização, tendo como objecto a verificação do cumprimento das políticas e procedimentos de remuneração adoptados pelo órgão societário competente";
- O nº 2 do art. 14º do Aviso nº 10/2011 determina que "no desenvolvimento da avaliação referida no número anterior devem participar de forma activa as unidades responsáveis pelo exercício das funções de controlo da instituição", sendo que, por um lado, a referência feita ao Decreto-Lei nº 104/2007 no nº 1

daquele art. 14º do Aviso nº 10/2011 deve agora considerar-se como uma referência ao art. 115º-C, nº 6, do RGICSF, e, por outro lado, deve considerar-se que o referido nº 2 do art. 14º do Aviso nº 10/2011 continua a aplicar-se, nos termos acima referidos.

O período de referência deste relatório é o que decorre de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016.

A avaliação efectuada pressupõe a análise das Políticas de Remuneração em vigor na Caixa Agrícola e da sua implementação, em especial quanto ao respectivo efeito na gestão de risco de capital e de liquidez da Instituição.

A mesma avaliação teve ainda em consideração que, embora o Estatuto Remuneratório do SICAM, aprovado pela Caixa Central e de carácter vinculativo para a mesma e para todas as Caixas Agrícolas suas Associadas, tenha entrado em vigor ainda durante o ano de 2016 (no mês de Setembro), as disposições transitórias constantes do mesmo conferem às suas destinatárias um prazo para adaptação das suas práticas e políticas remuneratórias às suas regras com termo já em 2017.

Assim, não só o mesmo Estatuto não foi tido em consideração na formulação das políticas de remuneração vigentes em 2016, mas também ainda se encontrava em curso, no final do referido ano, o prazo para adaptação às suas regras, pelo que a presente avaliação ainda não contempla a verificação do seu cumprimento.

B. Intervenientes

Em concordância com as disposições legais e regulamentares acima citadas, as unidades responsáveis pelo exercício das funções de controlo da Caixa Agrícola participaram de forma activa no processo de avaliação, em articulação entre si e sob a orientação da entidade responsável pela avaliação.

C. Política de Remuneração de Órgãos Sociais e Colaboradores em vigor no ano de 2016

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para o ano de 2016, aprovada pela Assembleia-Geral, encontra-se integralmente reproduzida no Relatório e Contas da

Caixa Agrícola referente ao exercício de 2016, documento esse que será apresentado aos Associados da Caixa Agrícola na primeira Assembleia Geral Ordinária do ano de 2017 e do qual constarão igualmente as características essenciais da Política de Remuneração dos Colaboradores, em cumprimento dos deveres de informação, quantitativos e qualitativos, consagrados no normativo aplicável.

Foi dado pleno acesso aos documentos estruturantes das Políticas de Remuneração para efeitos da elaboração do presente relatório de avaliação.

D. Descrição do Processo de elaboração do Relatório

Para efeitos da elaboração do presente relatório foram consultados e analisados os seguintes documentos e adoptados os seguintes procedimentos:

- a. Documentos consultados - Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização aprovada em AG e ACT;
- b. Procedimentos analisados - o processo de aprovação, processamento e registo contabilístico das remunerações dos Órgãos Sociais e Colaboradores abrangidos pelos deveres em matéria de política de remuneração.

O Processo adoptado teve por objectivo determinar com toda a exactidão possível qual o teor das políticas de remuneração vigentes na Caixa Agrícola para, em função de tal determinação, não só avaliar o grau de cumprimento das mesmas, mas também verificar se as mesmas se mostram adequadas aos objectivos que prosseguem e conformes à legislação e regulamentação aplicáveis, nos termos acima referidos, e despistar eventuais desvios ou insuficiências no processo de execução da Política de Remuneração, com efeitos na gestão global de riscos da Caixa Agrícola.

Note-se que as remunerações são processadas por via de uma aplicação (CAMRH), transversal a todo o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo e gerida centralmente pela Caixa Central, que reúne um conjunto de mecanismos de controlo específicos.

E. Conclusões

Devidamente analisadas as Políticas de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Colaboradores, não foram detectadas quaisquer desconformidades com o normativo aplicável e, devidamente analisada a implementação das mesmas Políticas, não foram identificados desvios ou incumprimentos relativamente a quanto aprovado, conforme melhor explicaremos infra.

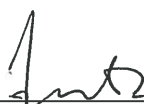
As Políticas de Remuneração de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e de Colaboradores que vigoraram no período a que se reporta o presente relatório não são susceptíveis de induzir distorções ao nível dos diferentes tipos de risco, considerando-se adequadas à prossecução de objectivos relacionados com a boa gestão de riscos e de capital.

A estrutura de remunerações não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos e é compatível com os interesses a longo prazo da instituição.

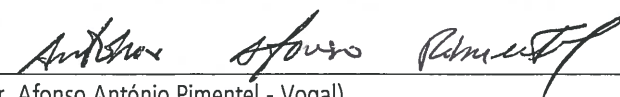
Não se identificaram insuficiências ao nível da política, práticas e procedimentos de remuneração implementados pela Caixa Agrícola.

Não se observaram deficiências estruturais e/ou organizacionais que se possam traduzir em riscos para a Caixa Agrícola, quer ao nível financeiro, quer no âmbito das normas, legislação e regulamentação em vigor.

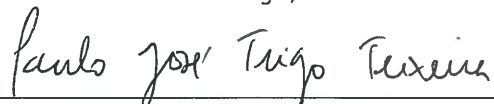
Os Responsáveis pela Avaliação:



(Dr. Alberto Afonso Martins – Presidente)



(Dr. Afonso António Pimentel - Vogal)



(Dr.º Paulo José Trigo Teixeira – Vogal)